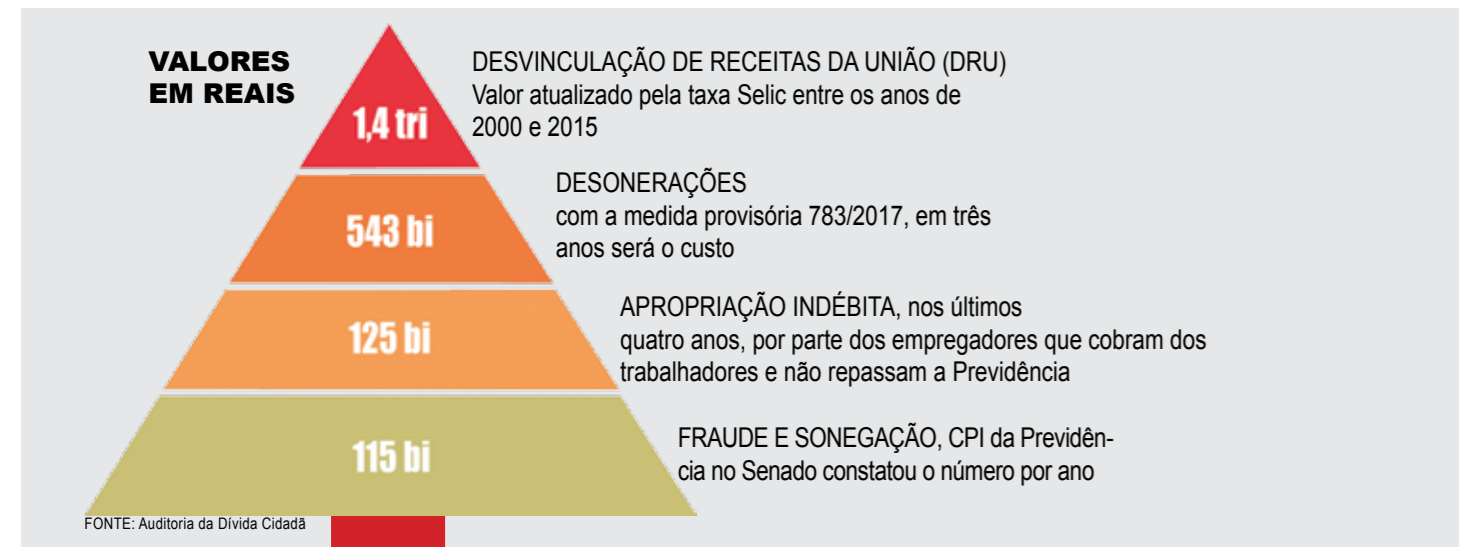


# SETA MOSTRA O DESVIO DE RECEITAS DOS ÚLTIMOS ANOS

“É importante destacar que a Previdência Social brasileira não é deficitária. Ela sofre com a conjunção de uma renitente má gestão por parte do governo, que, durante décadas: retirou dinheiro do sistema para utilização em projetos e

interesses próprios e alheios ao escopo da previdência; protegeu empresas devedoras, aplicando uma série de programas de perdão de dívidas e mesmo ignorando a lei para que empresas devedoras continuassem a participar de programas de

empréstimos e benefícios fiscais e creditícios; buscou a retirada de direitos dos trabalhadores vinculados à previdência unicamente na perspectiva de redução dos gastos públicos; entre outros”, resume Hélio José em seu relatório.



PREVIDÊNCIA INTEGRA O ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL QUE COMPROVADAMENTE É SUPERAVITÁRIA AO LONGO DE DÉCADAS						
RECEITAS REALIZADAS	2005	2010	2012	2013	2014	2015
1 - Receita de contribuições Sociais	277.045	441.266	573.814	634.239	666.637	671.471
Receita Previdenciária (Cofis, CSLL, PIS/Pasep, Outras Contribuições)	108.434	211.968	283.441	317.164	350.978	352.553
2 - Receita de entidades da Seguridade	11.704	14.742	20.199	15.078	19.356	20.534
3 - Contrapartida do Orçamento Fiscal para EPU	1.052	2.136	1.774	1.782	1.835	2.226
Receitas da Seguridade Social	289.801	458.144	595.788	651.099	687.829	694.231
DESPESAS REALIZADAS	2005	2010	2012	2013	2014	2015
1 - Benefícios Previdenciários	146.010	256.184	316.589	357.003	394.201	436.090
2 - Benefícios Assistenciais	9.335	22.234	30.324	33.869	37.598	41.798
3 - Bolsa Família, EPU, Despesas com Benefícios de Prestação Continuada, Outras Ações de Seguridade, Benefícios do FAT e outras ações do FAT	61.765	125.773	175.820	193.646	211.729	220.050
Despesas da Seguridade Social	217.110	404.191	512.952	574.653	632.092	683.061
Resultado da Seguridade Social	72.670	53.953	82.836	76.446	55.737	11.170

# O CUSTO DA CAPITALIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: QUEM VAI PAGAR?

O chefe e novo “jênio” da Economia brasileira, Paulo Guedes, propõe uma reforma que adote o modelo de capitalização que há tempos funciona no Chile, desde o governo do ditador Pinochet. Um modelo baseado em poupanças individuais. Cada trabalhador poupa recursos, sem que o patrão contribua, os quais são guardados em uma conta própria. Na hora da aposentadoria, o trabalhador conta apenas com os recursos que ele mesmo guardou enquanto trabalhava.

Já no modelo atual de repartição, as contribuições de patrões e trabalhadores sustentam os benefícios de aposentados e pensionistas. É como funciona a previ-

dência no Brasil e na maior parte dos países ainda hoje. **COMO É NO CHILE** No Chile, primeiro país a adotar o modelo proposto por Guedes, o dinheiro é administrado por empresas privadas, que podem investir no mercado financeiro e assim o fazem. Deste modo, usam o dinheiro do contribuinte para aplicar na roleta financeira. Ou seja, um constante risco de prejuízo acaba sendo incorporado a uma situação que deveria gerar tranquilidade no futuro.

O fato é que 38 anos depois, o Chile vive uma situação insustentável por conta do baixo valor recebido pelos seus

aposentados, levando a um alto índice de suicídios. No sistema de aposentadorias do país, os aposentados chilenos recebem de benefício, em média, de 30% a 40% do salário mínimo local. Apenas os funcionários depositam o equivalente a 10% do seu salário em contas individuais nas chamadas de AFPs (administradoras privadas de fundos de pensão). Lá, segundo dados da OCDE, foi formado um cartel em que cinco empresas financeiras privadas administram os fundos de pensão, dentre elas o BTG Patutal, sendo que Guedes já foi sócio do banco. Juntas essas empresas somam um patrimônio equivalente a 70% do PIB chileno.

# OS RALOS DA DÍVIDA PÚBLICA E A ENTREGA DO PRÉ-SAL

Nesta edição de 2019 do Fórum Econômico Mundial de Davos na Suíça, o presidente Jair Bolsonaro anuncia ao “Deus Mercado” que pretende impor uma política de retirada de direitos, diminuição da Dívida Pública e uma política de desmonte de estatais, incluindo, claro, a Petrobrás.

Junto com seu “Posto Ipiranga”, Paulo Guedes, Bolsonaro vai bater continência aos senhores do mundo apresentando uma agenda de Robin Hood às avessas que retira dos pobres para dar aos ricos, principalmente através da já aplicada reforma Trabalhista, criada por Temer, e a futura reforma da Previdência que pretende acabar com a contribuição patronal, tendo somente o tra-

balhador como contribuinte em um sistema de capitalização que fará a alegria dos banqueiros e especuladores no cassino rentista gerenciado por Guedes.

A preço de banana, para abater a dívida pública, Guedes quer privatizar estatais; vender áreas do Pré-Sal; entregar áreas da cessão onerosa da Petrobrás, vender o refino e distribuição; e vender imóveis da União. Um verdadeiro “atacadão” contra os interesses do Brasil e dos trabalhadores.

Assim, o Brasil segue o receituário neoliberal recomendado pelo FMI e Fórum de Davos que determinam o “superávit primário” (ou seja, o corte de gastos sociais para o pagamento da dívida), as reformas da Previ-

dência, as privatizações, dentre outras ações. Já sobre a exploração do Pré-Sal, o Brasil adota um modelo colonial que visa somente permitir a exportação do petróleo cru, com a entrega dessa exploração para multinacionais que já esgotaram suas reservas no exterior e agora querem sugar os recursos para resultados privados de curto prazo, para valorização de ações no cassino especulativo e remuneração de investidores.

Esses mesmos investidores que compram papéis da nossa dívida pública e que querem retirar nossos direitos. Assim fica claro que essas ações ultraneoliberais deste governo só têm o objetivo de engordar os cofres da banca internacional.

**DE ONDE VEM A GRANA DOS IMPOSTOS**  
Recolhidos em todo o país, em níveis federal, estadual e municipal

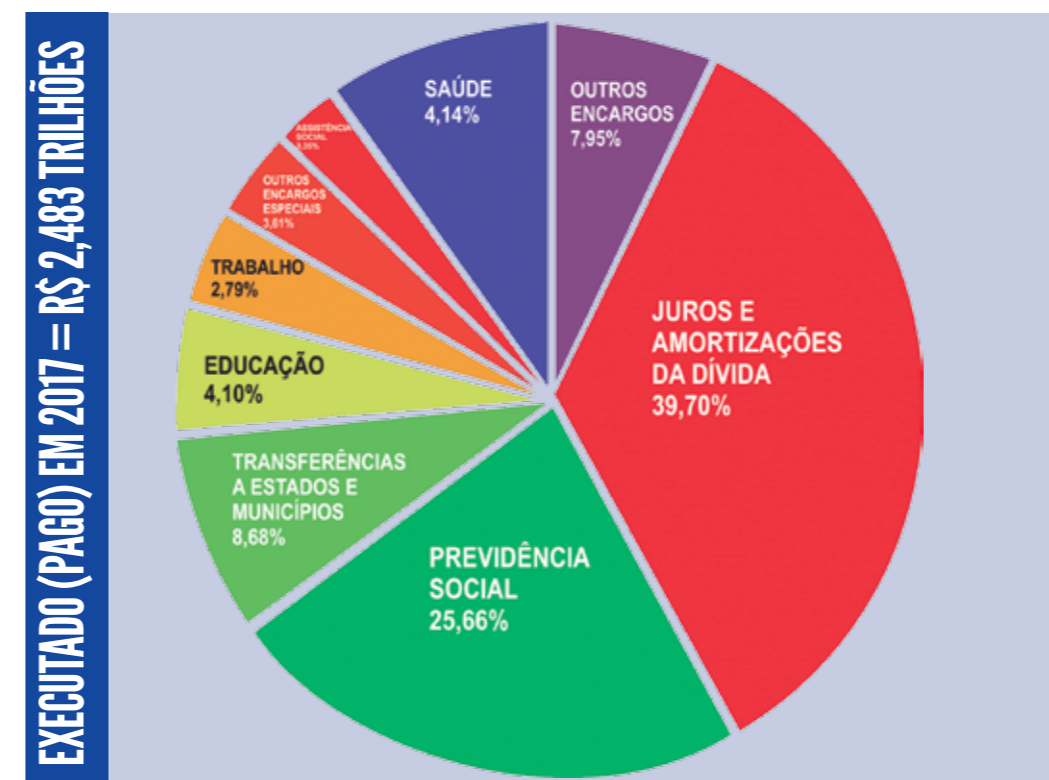
**CONSUMO DE BENS E SERVIÇOS**  
51,28%

**FOLHA DE SALÁRIOS**  
24,98%

**RENDA**  
18,10%

**PROPRIEDADE**  
3,93%

**PARA ONDE VAI O DINHEIRO DOS IMPOSTOS**



# REFORMA DA PREVIDÊNCIA SE APROFUNDA NAS ESTATAIS

Nos passos da reforma da Previdência, temos as alterações de custeio nos planos de autogestão de saúde e a orientação às estatais, de só patrocinarem novos planos na modalidade de contribuição definida, determinadas pelas resoluções 22, 23 (Planos de Saúde) e 25 (Planos Previdência Complementar), que têm por objetivo principal entregar o gerenciamento dos planos de Saúde e dos recursos de Previdência para a iniciativa privada.

O modelo de custeio dos planos de saúde em estatais têm, historicamente, uma participação maior da empresa, já que os custos de saúde crescem a taxas superiores aos reajustes salariais. No Sistema Petrobrás, essa relação gira em torno dos 70%/30%. Com as medidas indicadas nas resoluções 22 e 23 essa relação mudaria para 50%/50%. Isto quer dizer aumentos abusivos contra os participantes que podem chegar perto dos 100%.

Na Resolução 25, dentre as “recomendações” publicadas pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), está o limite de 8,5% da folha de salário de participação para a contribuição normal do patrocinador a novos planos de benefícios. Com as novas “recomendações”, o patrimônio dos trabalhadores, administrado pelos fundos de pensão - cerca de R\$ 830 bilhões (12% do PIB Nacional) até 2017 - será atacado e os benefícios, reduzidos. A resolução também permite a transferência da gestão dos planos de benefícios das Fundações (controladas pela patrocinadora e participantes) para instituições de mercado. A orientação é de que a diretoria executiva da empresa estatal proponha ao Conselho de Administração a transferência de gerenciamento dos ativos dos planos de benefícios quando verificar a “não economi-

cidade de manutenção da administração do plano” nas condições vigentes. No caso dos ativos, aposentados e pensionistas do Sistema Petrobrás, se não bastasse o escárnio a que vêm sendo submetidos desde o Petrobrás Vida de FHC, a Repactuação e o PETROS 2 de LULA, os déficits de DILMA e TEMER, o atual PED “assassino” e o PETROS 3 de TEMER e BOLSONARO, temos novos custos impostos por essas resoluções, maquiadas de boas práticas de governança, que, no fundo, jogam todos os assistidos na cova dos leões do capital. Estas medidas seguem na contramão das necessidades de cuidar e atender os trabalhadores e aposentados em suas demandas por saúde e previdência, já que há um envelhecimento da força de trabalho, mas também a necessidade de aproveitar esta experiência para garantir o desenvolvimento do país.

# FUNDOS DE PENSÃO... TERRA SEM LEI?

Em artigo ao Estadão, Érica Gorga aborda o tratamento que os tecnocratas do governo estão dando à questão dos déficits dos fundos de pensão das estatais, bem como critica as lacunas da legislação existente e até das “novas resoluções” lançadas para responder ao problema. De pronto, fulmina: “...cria-se um emaranhado de regras financeiras e contábeis que devem resultar na transferência dos prejuízos para a

conta dos aposentados e beneficiários dos fundos de pensão.” Ou “... os rombos causados por operações temerárias e fraudulentas são matematicamente calculados e repassados aos beneficiários...”. Na sequência, denuncia que os sucessivos governos não melhoraram o arcabouço regulatório “... no que tange a responsabilidade, transparência e prestação de contas...”. E ridiculariza a legislação, quando aponta que

a mesma “...filosofa apenas platinadas abstratas para a governança...”. Da parte dos trabalhadores, sempre se denunciou essas chicanas legislativas que comprometem o trabalho, administrativo e judicial, em sentido contrário à bandeira dos governos, do mercado, dos interesses privados. Para a prova, basta ver os pareceres do Conselho Fiscal da PETROS, ao longo dos últimos 15 anos.

A Secretaria de Política e Formação Sindical do Sindipetro-RJ promove a palestra sobre a Casa da Moeda e a Soberania, tendo como palestrante Aluisio Junior, Presidente do Sindicato Nacional dos Moedeiros. Compareçam. Entrada franca.

**REALIZAÇÃO**  
 **Sindipetro RJ**  
Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro



## Sindipetro RJ

Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro  
www.sindipetro.org.br  
(21) 3034-7300/7326

**Comunicação:** Antony, Carla Marinho, Coaracy, Eduardo Henrique, Gustavo Marun, Natália Russo | (21)3034-7307/7337.  
**Edição e Redação:** André Lobão (MTb 28.307-RJ) e Regina Quintanilha (MTb 17.445-RJ)  
**Secretaria:** Ronaldo Martins. | **Diagramação:** Cláudio Camillo (MTb 20.472)  
**Projeto Gráfico:** Caio Amorim | **Impressão:** MEC | **Tiragem:** 10.000



# NOVOS TEMPOS NO CA DA PETROBRÁS

## NEOLIBERAL IMPLEMENTA E MILITAR CHANCELA O DESMONTE

A escolha dos novos integrantes do Conselho de Administração (CA) da Petrobrás mostra que existe, de fato, dentro do governo Bolsonaro uma aliança consolidada entre militares (leia-se ultraneoliberais) e mercado, sendo claro que a Petrobrás é alvo principal desta aliança que sustenta e dá fôlego ao atual governo brasileiro. Pelo visto, a ideia é tentar repetir a dobradinha ocorrida no Chile durante a ditadura militar liderada pelo General Pinochet, que uniu a "nata" neoliberal, formada pela Escola de Chicago aos militares.

Na Petrobrás, isso fica patente com a indicação do almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira para a presidência do CA, posto máximo de gestão da empresa. Desde o período de ditadura, os militares não tinham posição de tanto destaque na companhia.

Recentemente, em fato relevante divulgado ao mercado, a Petrobrás destacou a qualificação de nível superior que o militar recebeu nas escolas de guerra naval do Brasil, Chile e Annapolis, nos Estados Unidos. "Leal Ferreira foi treinado e teve suas capacidades de liderança, gestão e visão estratégica, testadas e aperfeiçoadas ao longo de muitos anos de experiência", informou a empresa.

### APÓSTOLO DO MERCADO

No flanco neoliberal, o outro indicado

ao CA é João Cox, graduado pela Universidade Federal da Bahia, pós-graduado pela Universidade do Quebec e também pela Faculdade de Estudos sobre Petróleo e Energia.

Atualmente, é um empresário detentor de um vasto currículo de passagens por direções e conselhos de grandes empresas no Brasil, como TIM, Claro, Braskem, Embraer, Estácio, Linx, WTorre e Odebrecht, além de possuir a Cox Investimentos & Consultoria, uma empresa voltada para oportunidades de capital de risco, serviços de consultoria corporativa, fusões e aquisições, mercados de capital de ações / dividas e serviços de patrocínio corporativo, conforme consta em seu perfil na mídia social LinkedIn.

### ARROCHO CONTRA OS TRABALHADORES

Na presidência do Conselho de Administração da Estácio de Sá S/A, universidade privada e sediada no Rio de Janeiro, Cox, entre os anos de 2010 e 2018, implementou um programa de alta rotatividade de funcionários, terceirização e redução de salários de professores.

Ao Estadão/Broadcast, o presidente da Petrobrás, o Chicago Boy, e amigo de Paulo Guedes, Roberto Castello Branco afirmou, na última sexta-feira (11), que a intenção é mudar o perfil do conselho para que tenha "mais representantes com visão estratégica do que a Petrobrás precisa (...). Um ciclo se encerrou e iniciamos uma nova era" - disse.

Pelo visto, os empregados e a Petrobrás poderão viver novos tempos, nada fáceis, de mais cortes de direitos, desmonte e acentuação da retirada da empresa do cenário de desenvolvimento estratégico do Brasil. Assim, cabe à categoria petroleira unir-se na defesa de seus direitos e por uma Petrobrás que trabalhe para o país e não para o "Deus" mercado e seus falsos profetas de plantão.

O perfil de profissional que já estava em ascensão no Conselho de Administração, nos últimos anos, se aprofunda e intensifica no governo Bolsonaro. Com isso, quem perde é a Petrobrás, os petroleiros e o país.

## QUEM DEVE, TEME. CONDENADO NA CVM DESISTE DE CARGO

O geólogo John Forman, ex-diretor da ANP, desistiu de ocupar uma cadeira no Conselho de Administração da Petrobrás, para o qual havia sido indicado na última segunda (14) pelo governo. A Petrobrás em comunicado na manhã desta quarta (16) confirmou a renúncia.

Forman foi sondado para o cargo ainda no fim de 2018 pelo atual ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, e constou da lista de três indicações feitas pelo governo junto com o almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira, que vai presidir o colegiado, e o executivo da área de telecomunicações João Cox.

ENVOLVIDO POR USO DE INFORMAÇÃO PRIVILEGIADA

No entanto, Forman desistiu diante da repercussão da notícia de que ele já fora condenado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) por uso de informação privilegiada (insider trading) na venda de



ações da petroleira HRT, hoje chamada de PetroRio. Forman nega as acusações e questiona a condenação na Justiça.

Em reportagem, a Folha de S. Paulo acrescenta que Forman informou a decisão inicialmente em comentário na mídia social LinkedIn, ainda na noite de terça (15), respondendo a sobre sua indicação ao Conselho da Petrobrás. Procurado pelo jornal, ele se negou a dar entrevista. Ao site EPBR

confirmou a informação e criticou a imprensa, a quem acusou de usar sua condenação na CVM para atacar o governo Bolsonaro

Nesta quarta (16), a Petrobrás informou que já recebeu a carta de renúncia de John Forman. Certamente, no entanto, o governo seguirá com suas manobras para mudar a composição do Conselho, cada vez mais pró-mercado e menos pelos reais interesses da Petrobrás.

A movimentação nos bastidores e pressão para emplacar nomes cada vez mais alinhados a Bolsonaro se mostra desde a renúncia forçada dos conselheiros Luiz Nelson Guedes de Carvalho (ex presidente do CA), Francisco Petros Papathanasiadis e Durval José Soledade Santos. Em suma, estamos assistindo o que já era péssimo ficando ainda pior.



## DIREÇÃO DA PETROBRÁS "FORÇA A BARRA" PARA VENDER ATIVOS

Em clara subserviência ao mercado, a gestão da Petrobrás se apressa em informar nesta quinta (17), que a Diretoria Executiva decidiu retomar os processos competitivos para as alienações de 90% da participação na Transportadora Associada de Gás S.A. ("TAG") e de 100% da Araucária Nitrogenados S.A. ("ANSA") e para a formação de "parcerias" no Refino.

O comunicado vem logo após o ministro Dias Toffoli derrubar a liminar do ministro Marco Aurélio Mello, que suspendia o decreto lesa pátria nº 9.355/2018 do ex-presidente Michel Temer (MDB), liberando a empresa para vender qualquer ativo, entre refinarias e campos de exploração, sem qualquer licitação.

Além disso, a decisão da Petrobrás também desrespeita uma decisão ministro do STF, Ricardo Lewandowski, que em 28 de junho de 2018 deferiu uma liminar proibindo a venda do controle de estatais e de suas subsidiárias sem a prévia autorização do Congresso. Logo após essa decisão, a própria Petrobrás havia suspendido os chamados "processos competi-

tivos" para venda das refinarias, TAG e Araucária Nitrogenados.

Segundo a Petrobrás, no caso do desinvestimento da TAG, cujo respectivo processo estava também suspenso por decisão da 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região em ação movida pelo corpo Jurídico da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), foi levada em consideração a decisão do Superior Tribunal de Justiça na quarta (15), que acatou pedido formulado pela União de reversão da decisão.

Isso mostra que a direção da Petrobrás já faz pouco caso do julgamento do mérito da liminar de suspensão do decreto 9.355/2018 que irá ao pleno do STF em 27 de fevereiro próximo.

Ainda no mesmo comunicado, a direção da Petrobrás diz que "foi também levado em consideração o parecer da Advocacia Geral da União ("AGU"), o qual conclui que a Petrobrás atende aos requisitos colocados no âmbito da análise feita pelo STF na ADI 5624 MC/DF, já que detém autorização legislativa para alienar suas subsidiárias e obedece aos princípios constitucionais ao desinvestir

segundo o procedimento do Decreto 9.188/2017, que regulamenta alguns dispositivos da Lei das Estatais (Lei 13.303/2016) e estabelece as regras de governança, transparência e boas práticas de mercado para a adoção de regime especial de desinvestimento de ativos pelas sociedades de economia mista federais" - usando o parecer para justificar a retomada do desmonte do patrimônio da empresa.

### SEGUE A LUTA

No que cabe à representação da categoria petroleira na defesa de seus direitos e da Petrobrás, a luta terá continuidade no Judiciário com embasamento e na exigência do cumprimento da Lei, já que o decreto 9.355/2018, como foi reconhecido pelo ministro Marco Aurélio, fere o Programa Nacional de Desestatização, ao autorizar vendas de ativos sem licitação. Fora do âmbito jurídico, o Sindipetro-RJ e a FNP continuarão junto à categoria, mobilizando os petroleiros e petroleiras na resistência contra a entrega ilegal e covarde do patrimônio que construímos até então.

## ANPR/PCAC 2018: APÓS COBRANÇA DO SINDICATO, EMPRESA RESOLVE INFORMAR OS EMPREGADOS

Depois do Sindipetro-RJ em ofício cobrar a falta de informações sobre processo de Avanço de Nível e Promoção (ANPR) para quem continuou no PCAC, a Petrobrás nesta sexta-feira (18) resolveu se mexer.

Em comunicado divulgado aos empregados a empresa informa que as concessões de processos anteriores do ANPR previstas para 1º de janeiro de 2019 serão atualizadas em 23 de janeiro no currículo SAP/FRE e efetuadas no contracheque de 30 de janeiro. Ainda no email corporativo, a empresa informa que no processo ANPR/

PCAC 2018 as concessões de Avanço de Nível de 18 e 24 meses e promoção por antiguidade serão pagas até 31 de janeiro.

Já para quem tem Avanço de Nível de 12 meses os ajustes serão feitos no contracheque de 25 de fevereiro, retroativos à data da concessão. Antes deste comunicado, em resposta aos questionamentos do Sindipetro-RJ na última reunião de Comissão Local no CENPES (11/01), a empresa havia informado o novo calendário, mas o Sindicato oficializou a cobrança para que a comunicação fosse estendida a

todos os empregados. Neste retorno dado ao CENPES, a empresa inclusive expôs que neste ano não foi aprovado percentual para concessão de ANFG (avanço de nível na função gratificada) para o PCAC.

No entanto, conforme sabemos e o Sindicato noticiou no boletim nº 87, os empregados com função gratificada que permaneceram no PCAC não mais terão possibilidade de avanço na função. O Sindipetro-RJ já tem conhecimento de funcionários que perderam função em vista de não terem aderido ao PCR.



Boletim

**Sindipetro RJ**

Filiado à FNP  
Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro

ANO II - Número CV - 22 de Janeiro 2019

## CPI DA PREVIDÊNCIA NO SENADO: NÃO EXISTE DÉFICIT!

Em outubro de 2017, a CPI da Previdência no Senado divulgava em seu relatório que empresas privadas deviam cerca de R\$ 450 bi à Previdência e que essa dívida seria a responsável pelo déficit. No relatório final, o senador Hélio José (Pros-DF) apontava a inconsistência de dados e de informações anunciadas pelo Poder Executivo, que "desenham um futuro aterrador e totalmente inverossímil", com o intuito de acabar com a Previdência Pública e criar um campo para atuação das empresas privadas. (continua na pág. 2)

### \*SONEGAÇÃO\*

Nesta CPI, que recebeu quase nenhuma cobertura da grande mídia, ficou claro que a sonegação recorrente dos empresários é a grande responsável, junto com a falta de fiscalização e efetiva cobrança por parte dos governos.

O débito decorre do não repasse das contribuições dos empregadores, mas também da prática empresarial de reter a parcela contributiva dos trabalhadores, o que configura um duplo crime; pois, além de não repassar o dinheiro à previdência esses empresários embolsaram recursos que não lhes pertenciam,

e sim aos trabalhadores e trabalhadoras.

Somem-se a isso, as manobras na Desvinculação de Recursos da União (DRU), a qual, na prática, permite que o governo aplique os recursos destinados a áreas como educação, saúde e Previdência Social em qualquer despesa considerada prioritária e na formação de superávit primário. A DRU também possibilita o "desvio legal" de recursos para o pagamento de juros da dívida pública. Como mais um presente de grego do governo Temer, o percentual da DRU foi elevado de 20% para 30%, em agosto de 2016.

## ATENÇÃO, APOSENTADOS e TODOS QUE DESEJAM SE APOSENTAR

### MANIFESTAÇÃO DIA 24/01, Quinta – 11h, no EDISEN



- Pela imediata cobrança, pela PETROS, das dívidas da Petrobrás com o Plano PETROS. E pelo imediato pagamento;

- Contra o atual Plano de Equacionamento (PED) abusivo. Pelo seu imediato cancelamento;

- Contra as Resoluções 23 e 25, que precarizam os planos de saúde e destroem os planos de previdência das estatais, ESPECIALMENTE, ATACANDO os direitos na aposentadoria dos TRABALHADORES DAS NOVAS GERAÇÕES;

- Contra uma nova tentativa de Reforma da Previdência, agora por BOLSONARO;

- Pela imediata cobrança, pelo novo Governo, das dívidas dos empresários com a Previdência.

- Pela devolução dos desvios de recursos da Previdência por meio da DRU.

(21) 99607-9083  
fb.com/sindipetroRJ  
www.sindipetro.org.br  
contato@sindipetro.org.br  
youtube.com/campanhahpetroleo